

Deputado confirma indicações mas nega falsificação

BRASÍLIA — O deputado Agassiz Almeida (PMDB-PB) confirmou que foram suas as indicações de Julieta de Arruda Valadares e de José Tadeu Pereira Vitorino para o Iapas da Paraíba, mas negou que tenha falsificado as assinaturas do senador Humberto Lucena e de três deputados federais do PMDB para obter as nomeações. O advogado Marcelo Cerqueira, ex-consultor jurídico do Ministério da Justiça, disse que Agassiz pode ser incurso não em crime de estelionato, mas em dois artigos do Código Penal que tratam de falsidade documental: 298 e 299.

As assinaturas falsificadas estavam num documento em que a bancada do PMDB da Paraíba pedia ao ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, as duas nomeações, e enganaram também o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, intermediário do pedido. A falsificação da assinatura do senador Humberto Lucena é grosseira. "Eu não vi o senador assinando. A assinatura dele foi apanhada por um funcionário de segunda categoria" — afirmou, sem dar maiores esclarecimentos, Almeida.

O deputado atribuiu a "forças interessadas em desestabilizar a Assembléia Nacional Constituinte, banqueiros, forças que ficaram 20 anos no poder" a divulgação dessa informação. Agassiz Almeida disse que vai à Justiça para interpelar o JORNAL DO BRASIL, "que vem, na sua primeira página, atingir um humilde constituinte dos rincões do Nordeste brasileiro".

Desatino — Ao lado de sua mulher, nervoso, gaguejando bastante, Agassiz Almeida



Sant'Anna só encaminhou

da falou durante quinze minutos sobre sua vida pública até comentar a falsificação das assinaturas. "Jamais eu cometeria um ato desatinado desse". Segundo explicou, a bancada do PMDB da Paraíba, na frente do líder Carlos Sant'Anna, já tinha indicado os nomes. "Se a bancada aceitou os nomes, eu daria até um atestado de deastrado mental se fizesse isso" — argumentou.

Agassiz Almeida disse também que ao Ministério da Previdência foram enviados apenas os documentos com as assinaturas de Humberto Lucena e Carlos Sant'Anna. Segundo ele, não havia documento com a assinatura de deputados. Mais adiante, perguntado sobre quem redigiu o documento da bancada — que nega existir — Agassiz comentou: "Foi a própria bancada que redigiu". E acrescentou: "A bancada redigiu um documento e um funcionário da Câmara colheu as assinaturas".

Tentativa de ser vice-líder

Um vice-líder do senador Mário Covas na Constituinte revelou que o deputado Agassiz Almeida apresentou uma assinatura falsa do deputado Cássio Cunha Lima durante a composição do colégio de vice-líderes do PMDB na Constituinte, em fevereiro último. O deputado Cássio Cunha Lima disse desconhecer esse fato, mas garantiu que não assinou nenhuma lista de apoio à indicação de Agassiz à vice-liderança do PMDB, mesmo porque já havia se lançado candidato a vice-líder e não subcreveria o apoio a outro nome.

O deputado Antônio Mariz disse que não assinou nenhum documento de apoio às indicações de Julieta de Arruda Valadares e de José Tadeu Pereira Vitorino para o Iapas da

Paraíba. Ao contrário do que dissera, em entrevista, o deputado Agassiz Almeida, Mariz revelou que não houve apoio unânime da bancada aos nomes indicados. Segundo Mariz, ele e o deputado José Maranhão discordaram das indicações de Agassiz.

O deputado Cássio Cunha Lima revelou que existia, além do documento de Humberto Lucena e de Carlos Sant'Anna, um outro com assinaturas da bancada, ao contrário do que disse Agassiz Almeida. A assinatura de Cunha Lima foi recolhida pelo próprio deputado Agassiz Almeida, no corredor que dá acesso aos gabinetes parlamentares conhecido como "túnel do tempo".

A mesma acusação depois de 64

RECIFE — Agassiz Almeida foi um dos fundadores das ligas camponesas no estado e, com a vitória do movimento de março de 1964, teve seu mandato de deputado estadual cassado. Esta cassação, entretanto, segundo o ex-deputado Manoel Gaudêncio (PFL), não foi justificada por motivos políticos mas pelo fato de ele ter falsificado uma assinatura para apressar a liberação de uma folha de pagamentos da assembléia estadual.

Manoel Gaudêncio, que é adversário político de Agassiz e primo do ex-superintendente do Iapas, Roberto Gaudêncio, substituído através da falsificação, fez a acusação em sucessivas entrevistas à imprensa. Segundo ele, esses detalhes não tiveram maior repercussão na época porque a cassação foi feita pela assembléia em sessão secreta.

Intriga — O único dos atuais deputados estaduais paraibanos que fazia parte da assembléia na época da cassação de Agassiz Almeida é o pemedebista José Fernandes de Lima, que diz não se lembrar dos motivos da cassação. "Só lembro que a Assembléia rece-

beu uma ordem dos líderes da revolução para cassá-lo, reuniu-se em sessão secreta e aprovou", disse Fernandes.

Além de cassado, Agassiz Almeida, que se elegera pelo Partido Socialista Brasileiro, foi levado para a ilha de Fernando de Noronha, onde ficou preso por dois meses. A seguir, conseguiu asilo político no Uruguai, de onde só voltou com a anistia para filiar-se ao MDB e candidatar-se, sem sucesso, à Câmara em 1978. Candidato nas últimas eleições, conquistou o mandato com 22.122 votos.

Faz política sobretudo na região de Campina Grande, segundo maior município do estado, situado a 110 quilômetros de João Pessoa. São de lá, também, Julieta Valadares e José Tadeu Pereira Vitorino, que indicou com o documento falso para a Superintendência do IAPAS e para o escritório do instituto em Campina Grande.

Julieta Valadares atribuiu ontem a "intrigas da oposição" a denúncia que poderá resultar na perda do cargo para o qual foi nomeada há uma semana. "Isso é coisa de adversário derrotado nas urnas", disse ela.

Sant'Anna diz que foi enganado pela rotina

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que encaminhou ao Ministério da Previdência Social um ofício com a assinatura falsificada do senador Humberto Lucena, disse que não tinha conhecimento desse fato.

— Minha participação se limitou a enviar um ofício com o seguinte texto: "Encaminho ao senhor ministro ofício em anexo contendo as reivindicações da bancada do PMDB da Paraíba. Saudações" — disse Sant'Anna.

Ele explicou que o ofício chegou a seu gabinete levado por um funcionário que o protocolou. "Como é de praxe, e já fiz várias vezes, encaminhei ao ministério" — acrescentou.

Para o líder do governo, "fundamental agora é o pronunciamento do senador Lucena". Sant'Anna tentou comunicar-se com o presidente do Senado todo o dia mas não conseguiu localizá-lo.

— Se o Lucena disser que a assinatura é sua, o caso está encerrado. Se disser que não é, aí justifica-se a investigação — acrescentou Carlos Sant'Anna.

Gibson pede apuração completa a Ulysses

O deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), enviou ofício ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pedindo que sejam adotadas as providências legais indicadas para o caso da falsificação de assinaturas atribuídas ao deputado Agassiz Almeida. Segundo Gibson, o crime é de ação pública devendo, portanto, "serem apuradas as suas responsabilidades de modo a esclarecer a opinião do povo brasileiro".

O regimento interno da Câmara, em seu artigo 260, sobre o decoro parlamentar, esclarece que "o deputado que abusar das prerrogativas inerentes a seu mandato, ou praticar ato que afete a sua dignidade, está sujeito às seguintes medidas: I — Censura; II — Suspensão do exercício do mandato; III — Perda do mandato".

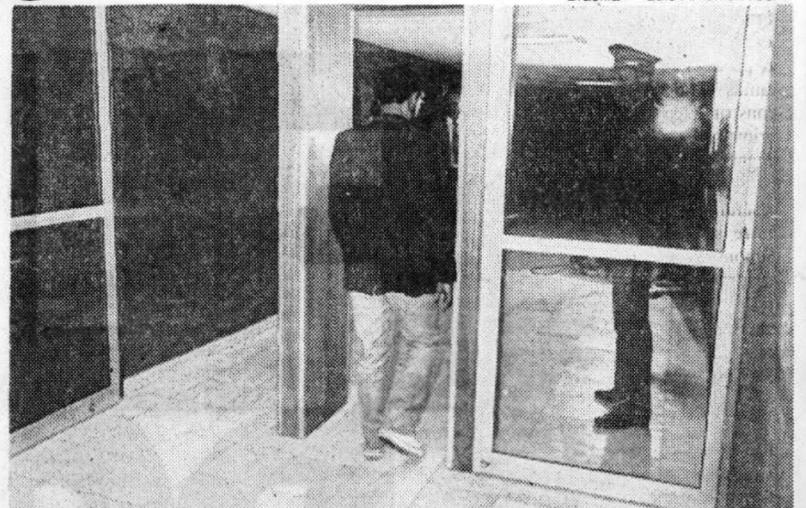
Segundo um assessor da presidência da Constituinte, com o ofício de Nilson Gibson já existe base legal para iniciar um processo. Antes, porém, deverá ser apreciada uma preliminar: o deputado seria processado pela Câmara dos Deputados ou pela Constituinte? No caso, informou, parece mais apropriado o julgamento pela Câmara.

O único deputado que perdeu seu mandato, até hoje, acusado de falta de decoro, foi o deputado Barreto Pinto (PTB-RJ), que posou de cuecas para a revista *O Cruzeiro*, em 1948. O mais recente caso de punição pela Mesa da Câmara teve como personagem o deputado Mário Juruna (PDT-RJ), que ofendeu ministros do governo Figueiredo. Quando deputados foram flagrados votando por colegas, em 1986, a Mesa da Câmara não tomou qualquer providência.

Urgência — O governo quer que os setores envolvidos no escândalo das nomeações

Código Penal, Capítulo II

(“Da falsidade documental”). Art. 298 — “Falsificar, no todo ou em parte, documento particular, ou alterar documento particular verdadeiro.” Art. 299 — “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.” Nos dois casos, a pena vai de um a três anos — se o documento é particular — ou cinco anos de reclusão.



□ A Mesa Diretora da Constituinte começou a preparar o esquema de segurança para as sessões de votação do projeto da futura Constituição. Ontem, foi testado o detector de armas instalado no corredor de acesso às galerias (foto). É um portão, desses que exist-

tem em alguns aeroportos, dotado de dispositivo que registra qualquer objeto metálico que esteja sendo carregado por quem passa no detector. O aparelho evita o constrangimento da revista pessoal pelos seguranças do Congresso.

Arinos diz que falta de roteiro afeta anteprojeto

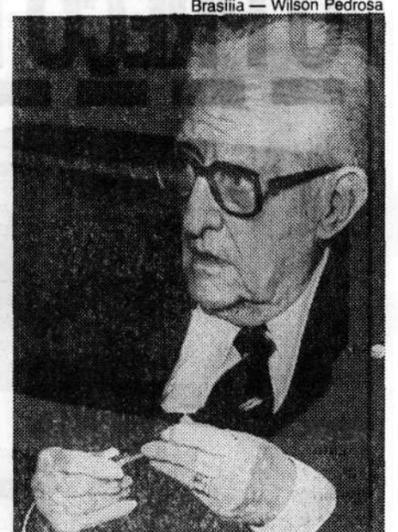
BRASÍLIA — Os trabalhos da Constituinte teriam sido imensamente facilitados se o Palácio do Planalto tivesse remetido, em fevereiro, quando ela iniciou suas sessões, o anteprojeto elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, afirmou o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Ele também presidiu a Comissão Provisória, que acabou levando seu nome.

Numa entrevista em seu gabinete, Arinos disse que o projeto de Constituição é de má qualidade, pois os constituintes trabalharam sem nenhum roteiro. Para o senador, o anteprojeto da Comissão Afonso Arinos não foi enviado à Constituinte porque propunha o parlamentarismo como forma de governo e o presidente Sarney defende o sistema presidencialista.

Arinos anunciou que o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, apresentará, no dia 10, um roteiro do que será o substitutivo que encaminhará ao plenário da Constituinte. Segundo o senador, esse substitutivo poderá começar a receber emendas quando estiver ainda em discussão na comissão.

A jornada semanal de 40 horas e a estabilidade no emprego devem ficar para a legislação ordinária. O que a Constituição deve assegurar é o direito ao emprego. E a anistia tem “um custo financeiro preocupante”, devendo assim ser rejeitada. Foram estas as principais conclusões de uma reunião convocada pelo deputado Ulysses Guimarães, em sua residência, na noite de anteontem.

Ao encontro estiveram presentes o presidente e o relator da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), respectivamente, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, os deputados Luiz



Arinos: Planalto atrasou

Henrique e Nelson Jobim, e o assessor especial de Ulysses, professor Miguel Reale Jr.

Quem mais falou sobre os direitos dos trabalhadores foi o ministro Almir Pazzianotto. Segundo ele, a estabilidade e a jornada não devem ser incluídas na Constituição por poderem sofrer alterações de acordo com a situação econômica do país e o próprio avanço tecnológico.

Controvérsias — O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, mostrou o atual projeto de Constituição no qual, segundo ele, já retirou mais de 100 artigos. Cabral explicou que entre os eliminados, estão os controversos artigos sobre a igualdade de direitos e deveres entre o homem e a mulher, à exceção da gravidez, parto e amamentação.

O vice — “Brizola meu vice? Isto deve ser gozação”. Este foi o comentário do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, ao ser informado por um assessor do Senado de que o presidente Sarney previra em entrevista que nas próximas eleições presidenciais ele lideraria uma chapa tendo como vice o ex-governador Leonel Brizola. No outro extremo, ainda de acordo à entrevista, estaria o líder da UDR, Ronaldo Caiado. Covas concluiu, ainda segundo o assessor, que Sarney estaria querendo colocar mais uma pedra em seu sapato. “Não acredito que Sarney tenha colocado o Brizola como vice do Covas. Deve ter dito isto na base da gozação. Imagina se o Brizola toparia ser o vice de alguém”, disse o senador José Richa (PMDB-PR). “A chapa é ótima. Eu voto nela. Mas o Sarney, certamente, votará na chapa oposta”, comentou, com bom humor, o deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES).

Plebiscito — O presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse no Rio, na inauguração do novo prédio da Dataprev, que não concorda com a idéia de se fazer plebiscito popular antes das votações em plenário dos temas mais polêmicos da Constituinte. Ele esclareceu, contudo, que, “se houver consulta plebiscitária, deve ser feita sobre todo o conjunto do texto constitucional e não isoladamente, depois de pronto”. Ulysses acredita que, assim, “o povo vai-se manifestar a favor ou contra, concretamente, e não sobre uma idéia que precisaria ser substanciada no texto”. Citou como exemplo da dificuldade de o povo se manifestar antes do texto pronto a questão do parlamentarismo. “Há vários tipos de parlamentarismo. O povo vai votar em qual deles?”, indagou. Ulysses disse que vai discutir o assunto dentro do partido, e lembrou que apenas em poucos países não há consulta plebiscitária, depois da Constituição pronta.